

MOÇAMBIQUE NO MUNDO

A COMPETIÇÃO SUBTIL

Abdul Magid Osman | Nelson Saúte

INTRODUÇÃO

Para compreender ou equacionar a posição de Moçambique no Mundo, é necessário compreender, ainda que sucintamente, um quadro histórico das alterações dramáticas que ocorreram no passado (longínquo e recente) ao nível da região austral de África – cuja influência é decisiva – e ao nível planetário – sobretudo a correlação de forças entre o Ocidente e o chamado Bloco Socialista –, cujas tensões, no contexto da Guerra Fria, por exemplo, são representativas da dimensão, extensão e consequências do conflito –, o que não só marca o posicionamento de Moçambique, mas lhe determina o percurso perante estas transformações, algumas das quais absolutamente vorazes.

Moçambique procede de uma relação, quase sempre complexa, entre o centro e a periferia, onde a solidariedade e o conflito se cruzam permanentemente. Desapoiado pelo Ocidente aquando da sua emancipação política, primeiro, irá encontrar no bloco socialista, o apoio necessário para encetar a luta que está na origem da sua independência política.

Também é importante pensar a relação com uma economia semiperiférica, como a sul-africana, semiperiférica no plano global, mas absolutamente central tendo em vista os países que gravitam à sua volta, de onde podemos assacar uma interdependência que não se pode iludir. Neste contexto, é importante atentar à política de “engajamento construtivo”, o “instrumento” utilizado para retirar Moçambique da esfera de influência do chamado “bloco comunista”. Acrescente-se que a exigência para a obtenção da ajuda de que o país dramaticamente necessitava nos tremendos anos 80, em plena emergência, seria a sua adesão ao Banco Mundial e do FMI, ou seja a adequação da sua política económica ao chamado “Consenso de Washington”. A inserção de Moçambique na economia global tem de ter em conta o facto de estar a emergir um novo paradigma nas relações económicas e políticas mundiais com o surgimento dos chamados BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China – com particular destaque para o último, com a concentração anormal de riqueza nos países produtores de petróleo e com novas formas de luta, em particular pelos militantes muçulmanos que obrigam à revisão da doutrina militar.

Por isso, há, para além dos habituais parceiros do Ocidente, novos actores na definição dos contornos da economia moçambicana.

Ao nível da sub-região, os contornos das relações económicas de Moçambique e a África do Sul e o desenvolvimento dos sectores energético, ferro-portuário e do turismo, são de uma importância vital. Moçambique é claramente dependente do seu vizinho, mesmo no que se refere às suas relações ao nível global, o que obriga o país a procurar afirmar-se com subtilidade e de uma forma firme para desenvolver e fazer valer os seus interesses nacionais.

O país não se pode alhear destes fenómenos planetários e sub-regionais e é necessário equacioná-los no quadro do futuro imediato e a médio e longo prazos, quando se pensa Moçambique no Mundo.

A ECONOMIA NOS PRIMEIROS ANOS DA INDEPENDÊNCIA NACIONAL

Devido a circunstâncias históricas e geopolíticas traduzidas no apoio do Ocidente – primeiro expresso e mais tarde camuflado –, para manter e perpetuar a situação colonial, a Frelimo foi “empurrada” a buscar o apoio do bloco socialista, mais disponível, na altura, para apoiar as lutas de libertação nacionais.

A recusa do apoio do Ocidente expressa-se na recusa de fornecimento de material bélico aos combatentes de libertação nacional e na recusa em aplicar sanções económicas à potência colonizadora – Portugal.

Esta recusa de apoio militar mantém-se quando Moçambique independente tem de enfrentar a guerra de desestabilização promovida pelo regime de Ian Smith (ex-Rodésia) e, mais tarde, pelo regime de *apartheid* da África do Sul. Durante este período de guerra de desestabilização, a dependência em termos de material bélico do bloco socialista, em particular de União Soviética, é total.

Logo a seguir à independência, a economia de Moçambique sofre um abalo com o êxodo dos portugueses, decapitando o país de capacidade técnica e gerencial.

Este abalo é agravado com a aplicação de sanções à Rodésia e sobretudo com acções de sabotagem económica do regime de *apartheid* descritas mais à frente.

Os primeiros anos de governação ocuparam-se fundamentalmente com a gestão das questões urgentes provocadas pelo abandono dos portugueses (v.g. nomeação de comissão administrativas) e pelas carências que se manifestam em todos os sectores da vida económica e social. Num esforço titânico de organização e de mobilização, o país consegue sustentar a queda e iniciar alguma recuperação económica, sem contudo atingir os níveis do tempo colonial que, em 1973, tivera o seu ano emblemático, tendo atingido um PIB real *per capita* de USD 418, o que em termos de dólares de 2009 equivale a USD 2000.

ACÇÃO DE DESESTABILIZAÇÃO DO REGIME DE APARTHEID E A CRESCENTE DEPENDÊNCIA DE AJUDA EXTERNA

O regime de *apartheid* não se limitou a estrangular economicamente Moçambique, com a redução do tráfego ferro-portuário e do número de trabalhadores moçambicanos nas minas sul-africanas, acompanhada da abolição da prática de pagar com ouro quantificado a preço oficial uma parte das remessas dos mineiros moçambicanos. A acção de desestabilização assumiu várias formas – militar, destruição de infra-estruturas económicas.

A carência em divisas resultam não só do estrangulamento económico do regime do *apartheid* mas também da queda de exportações tradicionais. Esta carência foi inicialmente superada – e de uma forma inepta – com o endividamento externo. Os bancos internacionais, devido ao incumprimento sistemático do serviço de dívida, recusaram novos financiamentos, foi necessário procurar outros apoios já que o bloco socialista, com excepção da União Soviética (que para além de material bélico, passou a fornecer combustíveis, bens de consumo e outros itens de consumo corrente), não dava apoio à Balança de Pagamentos, nem ajuda alimentar, indispensável para a sobrevivência de milhares de deslocados que a guerra de desestabilização provocara, entretanto. Moçambique deixou de ter acesso a créditos bancários e passava a reunir regularmente com o Clube de Paris e o Clube de Londres para reescalonar a sua dívida externa.

A necessidade de outros apoios torna-se mais premente porque o apoio de alguns países como Líbia, Iraque, Argélia e, de certo modo, Angola, no fornecimento a crédito de combustíveis, foi limitado. Os governos ocidentais, embora discordando das políticas económicas seguidas por Moçambique, sentem a necessidade moral e humanitária de apoiar, pois o país era vítima de uma agressão brutal do regime de *apartheid*, para além dos prejuízos que assumira com a aplicação das sanções à Rodésia decretadas por Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Neste contexto, no âmbito dos Programas de Emergência, conseguiram-se apoios financeiros e em especial de várias centenas de milhões de USD, valor quase todo ele proveniente de países ocidentais, incluindo os EUA.

Este apoio económico do Bloco Ocidental, a par do apoio militar da União Soviética, permite o *statu quo* político, económico e militar no país, não obstante a guerra, mas cresce a pressão dos países ocidentais, primeiro para o abandono do modelo de economia planificada e, depois, para uma solução negociada para a situação militar.

O regime no poder não pôde ignorar esta pressão, pois a dependência em relação aos países ocidentais aumentara notavelmente e era insustentável a posição de se manter fora das duas instituições financeiras multilaterais, fundamentais no edifício económico do Ocidente – Banco Mundial e FMI.

A guerra tinha um desiderato económico e político muito claro. Toda a espinha dorsal da economia moçambicana foi desarticulada. O sistema ferro-portuário foi aquele que mais sofreu,

dado que era o *backbone system* da economia do país, fortemente atrasada, sem indústrias de expressão, muitas delas no sector da transformação terciária, algumas inclusive dependentes do sistema ferroviário e portuário.

Moçambique, por outro lado, tinha necessidade de apoio do Ocidente, não só para resolver os problemas económicos mas também para neutralizar a África do Sul, de quem temia uma invasão após o recrudescimento da guerra, designadamente ataques da aviação sul-africana, e da violação do território. Tentou e conseguiu uma aproximação aos EUA e a outras potências ocidentais.

É neste contexto que emerge a política de “engajamento construtivo”, defendida pelos americanos. Ronald Reagan, por recomendação de Margareth Thatcher, resolve melhorar o seu relacionamento com Moçambique.

REESTRUTURAÇÃO DA ECONOMIA DE MOÇAMBIQUE — PRE

Com a adesão ao FMI e ao Banco Mundial e depois de algumas tentativas de reformas liberalizantes, Moçambique lança, em 1987, um programa de reajustamento económico – PRE, que tem por objectivos:

- Abertura de espaço à iniciativa privada, nas áreas de agricultura de comércio e de transporte;
- Liberalização do mercado de produtos não essenciais, como hortofrutícolas e pecuária;
- A reestruturação das empresas estatais e a diminuição do papel do Estado na sua gestão;
- Eliminação de barreiras internas à circulação de produtos;
- Redução substancial dos desequilíbrios financeiros internos e reforço das contas externas e reservas;
- Reintegração dos mercados paralelos nos oficiais, o que foi alcançado com sucesso.

A mudança estrutural da economia aconteceu, por outro lado, num contexto de grandes mutações no quadro da política e economia internacionais. A queda do Muro de Berlim, o fim da Guerra Fria, o colapso do regime do *apartheid*, permitiram a criação de um contexto favorável à mudança política na África Austral. Em 1990 é aprovada uma nova Constituição de Moçambique, que liberaliza o sistema político, introduzindo-se o multipartidarismo em oposição ao sistema vigente, de partido único, que vigorava desde 1975.

A transição não foi apenas da economia, pois Moçambique deslocou-se também para a esfera de influência do Ocidente e a conclusão deste processo culminou com o Acordo de Paz.

A Frelimo como um dos movimentos de libertação mais fortes da África, conseguiu, superando condições extraordinariamente adversas, um novo alinhamento e mudando completamente o paradigma económico e mais tarde o paradigma político. No processo cometeu erros estraté-

gicos graves – se calhar o mais importante foi subestimar a força do regime de *Apartheid* e dos que apoiavam e cujas consequências ainda hoje se sentem.

Acontecimentos extraordinários, para além da capacidade própria da Frelimo, ajudaram este desfecho final e em vez de um Estado falhado, Moçambique tem uma nova janela de oportunidades para se tornar num país próspero, democrático e com taxas cada vez mais reduzidas de pobreza.

O QUADRO ECONÓMICO ACTUAL E A CONTINUA DEPENDÊNCIA EXTERNA

Não obstante a transição política, militar e económica de sucesso, Moçambique continua a enfrentar problemas económicos e sociais estruturais graves, em particular uma agricultura incipiente, com produtividade baixíssima do sector de subsistência, mesmo quando comparada com outros países africanos. Esta falta de produtividade do sector familiar traduz a reduzida capacidade da investigação científica e técnica aplicada e dos serviços de extensão rural.

Em consequência, os actuais níveis de produção e/ou comercialização de bens tradicionais, com excepção do açúcar, ainda não atingiram valores anteriores à Independência Nacional. Se tivermos em conta que a população rural de Moçambique aumentou substancialmente e que o grosso da produção de algodão, copra, castanha de caju, milho e outros provém do sector familiar, compreendemos como a falta de produtividade do sector familiar afecta o poder de compra dos camponeses, isto associado ao facto de a agricultura comercial ser também pouco expressiva com excepção do açúcar, o que torna Moçambique dependente das importações para os produtores essenciais como arroz, trigo, milho, batata, cebola, etc. para as quais tem condições naturais para ser, pelo menos, auto-suficiente.

Mesmo o sector ferro-portuário não recuperou os níveis anteriores à Independência Nacional, não obstante os grandes investimentos efectuados no sector. Em condições normais o Porto de Maputo, admitindo um taxa média de crescimento anual de 4%, estaria a manusear 50 milhões de toneladas/ano.

Embora as exportações de Moçambique tenham crescido de uma forma notável, graças aos novos projectos, em particular Mozal, Sasol e HCB, o impacto no Orçamento Cambial e Orçamento de Estado, é bastante reduzido, pois tanto a Mozal e, de certo modo, a Sasol funcionam como ilhas autónomas em termos cambiais e de impostos. A recuperação de HCB criou uma nova fonte de divisas para o País e de receitas para o Orçamento de Estado. Os lucros colossais da Mozal, por outro lado, não criam capacidades adicionais para o investimento em Moçambique, pois uma parte importante de lucros são expatriados, o que já não sucede com a HCB.

Em consequência, a dependência de Moçambique da ajuda externa continua significativa, pois o Orçamento de Estado depende em 46% desta ajuda, que, no essencial, provém de países da

OCDE com a tradição de conceder donativos sob forma de ajuda directa e programada ao Orçamento de Estado ou à Balança de Pagamentos, o que não acontece com outros países com quem Moçambique mantém também relação de cooperação. Felizmente, a crise económica internacional não afectou o fluxo de ajuda externa e assume-se que a mesma esteja assegurada para o ano fiscal de 2010.

Contudo, para sair da actual crise, os governos dos países da OCDE foram obrigados a endividar-se para financiar os programas de estímulos económicos, pelo que, em breve, serão obrigados a introduzir medidas de austeridade para a redução de despesas públicas, incluindo a ajuda externa, o que cria algumas preocupações sobre a continuidade do nível da ajuda externa de que países, como Moçambique, actualmente beneficiam.

Para além da dependência crucial dos países da OCDE, em termos de ajuda externa, Moçambique está muito dependente da África do Sul, quer em termos de comércio externo e, sobretudo, em termos de projectos estruturantes (grandes projectos). Com efeito, a África do Sul é o único – ou de longe o maior – consumidor de gás natural, de energia de Cahora Bassa e dos serviços ferro-portuários moçambicanos.

E na ausência de uma indústria alimentar nacional e de serviços de apoio, Moçambique depende da África do Sul para as suas importações mais básicas, mas, o que é mais grave, é o facto de os grandes projectos em discussão, sobretudo na área de energia e no sector ferro-portuário, dependerem da África do Sul, enquanto consumidor com credibilidade junto dos financiadores internacionais. Sem a participação activa da África do Sul é pouco provável que estes projectos sejam implementados nos próximos anos. A dependência da África do Sul estende-se também a outros sectores, como os de recursos minerais e indústria pesada (ferro), pois as multinacionais sul-africanas dispõem do *know how*, incluindo a credibilidade para mobilizar outros parceiros internacionais e o financiamento internacional. A recente decisão da Billiton “de abandonar” o projecto de areias pesadas de Chibuto é reveladora da nossa dependência em relação a África do Sul. Somos claramente periféricos em relação à economia sul-africana, mais estruturada e sólida, fortemente industrializada. Esta dependência que se estende a todos os sectores da vida económica e social – trabalho, turismo, educação, saúde, etc. – irá crescer com o tempo. Contudo, é absolutamente fundamental que estas relações de dependência sejam mútuas e que Moçambique não se torne no parceiro cada vez mais pobre desta relação, isto é, não se torne ainda mais subdesenvolvido, como fornecedor de matérias-primas básicas e importador de produtos com maior valor acrescentado.

A ÁFRICA DO SUL E OS BRIC

No quadro do desenvolvimento dos países que compõem os BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China, que são considerados como as futuras potências económicas ao nível global – existe um

potencial considerável (com excepção da Rússia), em particular para a exploração e exportação do carvão. As multinacionais indianas e sobretudo brasileiras vão jogar um papel decisivo. Mas no caso particular da China, que já é hoje uma potência económica ao nível mundial, com uma capacidade enorme para exportar capital, isto é: de investir com recursos próprios, o que não acontece com outros países dos BRIC, pelo menos na mesma dimensão, as relações são ainda incipientes se compararmos com os investimentos chineses em outros países africanos. Os financiamentos e as ajudas chinesas são utilizadas para projectos de representação – Assembleia da República, Centro de Conferências Joaquim Chissano, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Estádio Nacional, Procuradoria Geral da República, Palácio da Justiça, Aeroporto Internacional de Maputo, etc., mas não em projectos que aumentem a nossa capacidade produtiva. Existe um grande potencial por explorar neste novo eixo económico mundial, como veremos.

A grande dependência da ajuda externa de países da OCDE continuará a ser a principal condicionante para os próximos 5 anos. A ausência ou redução substancial desta ajuda externa tem certamente consequências dramáticas para o país.

Como a ajuda externa está condicionada a progressos no regime democrático e no combate à corrupção, os países da OCDE, incluindo as instituições financeiras multilaterais – Banco Mundial, FMI, Banco Africano, etc. – são também “parceiros” políticos para além de o serem a nível económico.

Questiona-se legitimamente se a ajuda externa não é mais nociva que benéfica. Embora não seja objecto deste artigo elaborar sobre esta questão, muito estudada e debatida, existe um consenso de que a eficácia e eficiência da ajuda externa dependem de outros factores tais como: uma Administração Pública eficiente e com um mínimo de *red tapes*, um sistema económico fluído e com um mínimo de *transactions costs*, com sistema de transportes, de energia eficiente e competitivo, um sistema de educação e de saúde abrangente e com qualidade.

Qualquer país, incluindo Moçambique, pode sobreviver sem a ajuda externa, mas com um sacrifício enorme, sobretudo das populações mais vulneráveis. A situação dramática do Zimbábwe, nos últimos anos, ilustra bem este facto e dos sacrifícios não resultaram um aumento de capacidade produtiva zimbabweana, pelo contrário, perde-a em sectores fundamentais.

Embora o sector da Agricultura tenha sido definido com prioritário, é aquele que menos recursos recebe, quer em termos de ajuda externa, quer em termos de investimento privado nacional e estrangeiro. É verdade e é significativo que o investimento em infra-estruturas: estradas, energia, educação, saúde e outros equipamentos contribuem para o desenvolvimento agrário, mas a experiência revela que não bastam estes investimentos, pois em países como Moçambique é necessária uma intervenção directa. A debilidade da rede de extensionistas e o fracasso do PROAGRI revelam que a agricultura não recebeu recursos e atenção consentâneas com a prioridade política que lhe foi atribuída. A definição dos contornos das relações económicas de Moçambique e da África do Sul e o desenvolvimento dos sectores energético, ferro-portuário e do turismo são de uma importância vital neste quadro.

Como acontece com todos os países vizinhos de outros economicamente mais fortes – como é o caso de México e Canadá em relação aos Estados Unidos, Portugal em relação a Espanha, Holanda, Bélgica, Hungria e Áustria em relação a Alemanha, etc., Moçambique não pode “fugir” da influência económica da África do Sul. Também como acontece com os países acima referidos, Moçambique não ganha com uma confrontação económica aberta com a África do Sul, pelo contrário, tem tudo a perder. Mas Moçambique precisa de se afirmar com subtilidade e de uma forma firme para desenvolver os interesses nacionais.

PAPEL DE MOÇAMBIQUE NO QUADRO ENERGÉTICO DA ÁFRICA AUSTRAL

Os projectos na área de energia – Cahora Bassa, barragem de Mphanda Nkwa, as centrais térmicas de carvão e gás, uma linha de alta tensão de Tete para a África do Sul – dependem, em grande medida, da África do Sul como principal consumidor. Mas a África do Sul tem alguma relutância em aumentar a sua dependência energética em relação a Moçambique, preferindo desenvolver capacidades próprias, incluindo centrais nucleares. A despeito, a África do Sul tem dificuldades com o seu programa energético, extremamente ambicioso, sendo obrigado a solicitar financiamento ao Banco Mundial (o que não sucedera até então), pelo que pode ser “obrigado” a aceitar outras soluções. Moçambique tem aqui claramente uma oportunidade. Se a África do Sul tem dificuldades em mobilizar financiamentos e sendo este na prática o garante, como consumidor, de qualquer financiamento que os projectos em Moçambique venham a obter, as dificuldades para Moçambique serão ainda maiores.

Hoje, a nível mundial, o único país com capacidade para financiar e executar os projectos moçambicanos é a China, que tem, além disso, uma necessidade imperiosa de converter os seus activos financeiros em USD (mais de dois triliões de USD) em outros tipos de activos. Pelo que a triangulação Moçambique, China e África do Sul é uma das poucas alternativas para a implementação do nosso programa energético.

A China mostrou, no passado, disponibilidade para financiar e construir a barragem Mphanda Nkwa, mas foram adoptadas outras opções numa altura em que não existiam grandes restrições no financiamento internacional.

Estes projectos, bem como outros no domínio do carvão e do gás natural, determinarão o futuro económico de Moçambique, pelo que tem uma grande importância estratégica e, por isso, aparecem com uma intervenção e coordenação ao mais alto nível, determinadas por interesses nacionais, que não são necessariamente idênticos aos interesses privados nacionais. A preocupação legítima de criar uma burguesia nacional e assegurar a sua participação na vida económica e social não pode ser levada a cabo com sacrifício de interesses nacionais, tanto

mais que esta participação assumiu outras formas mais transparentes e abrangentes sem tornar os interesses nacionais reféns de interesses privados.

O comportamento social, político e económico das elites políticas tem de estar vinculado aos “interesses nacionais” ou ao chamado “interesse geral”. É aqui onde se joga uma característica das sociedades nacionais subdesenvolvidas, não só do ponto de vista económico, mas também da perspectiva do comportamento e da estruturação dos grupos sociais.

Mesmo ao nível do Estado, a importância destes projectos exige a criação de unidades especializadas, compostas por quadros motivados (incluindo remunerações especiais) e com capacidade para dirigir estes processos complexos.

A China e Índia são já *players* globais, consumindo cada vez mais matérias-primas e exportando produtos manufacturados; são, por isso, excelentes mercados para produtos moçambicanos, mas ao mesmo tempo, juntamente com a África do Sul, uma grande ameaça ao processo de industrialização de Moçambique.

Moçambique tem de olhar para os BRIC e, sobretudo, para a China, motor do crescimento económico mundial, como parceiros de uma nova etapa na economia do mundo, cuja estrutura a nível mundial passa por uma decisiva alteração.

UM NOVO PARADIGMA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Este novo quadro coloca-nos perante novos desafios para a compreensão de fenómenos, igualmente novos, muitas vezes não tão facilmente discerníveis. Um deles é a mudança do paradigma da relação dominadora Norte-Sul, para um novo eixo Sul-Sul, onde as multinacionais emergentes desenham uma nova página em termos de Investimento Directo Estrangeiro (IDE), uma das formas da mundialização financeira, cujo maior paradigma foram as multinacionais tradicionais do Norte, ao longo do século XX. Inclusive a própria definição de multinacional alterou-se. Este modelo foi sendo alterado pela realidade dinâmica da economia mundial, dominada no século passado pelo eixo triádico Estados Unidos-Japão-Europa, que era responsável por grande parte do PIB mundial.

Nos anos 90, as multinacionais dos países desenvolvidos desinvestiram fora do eixo triádico e assistimos à emergência das multinacionais dos países em desenvolvimento, concentradas, sobretudo no domínio da indústria e de serviços, que são o verdadeiro motor da economia global, hoje. Estes países foram responsáveis, em 2007, antes da crise financeira internacional, por uma grande parcela do PIB mundial em PPP (PPP, quando se refere a PIB, significa “*Purchasing Power Parity*”). Verifica-se que, em termos de PPP, os emergentes respondem por um PIB algo à volta de metade do PIB mundial). Não foi por acaso que, em plena crise mundial, estes países impuseram um novo fórum.

Com a abertura das economias da China, Índia, Brasil e Rússia, a força de trabalho mundial duplicou. Dentro de uma década, por força dos emergentes, haverá mais de um bilião de novos consumidores a nível global. Os países em desenvolvimento, em 2007, participaram com 40% das exportações mundiais. Nos anos 70, respondiam apenas por 20%. Estes países são consumidores de mais de metade da energia consumida hoje no planeta. Mais de 70% das reservas mundiais estão sob a guarda dos bancos centrais destes novos países.

A China e o seu vertiginoso crescimento são, em grande medida, responsáveis por este quadro, é certo. Mas o papel da Índia e do Brasil não é de todo negligenciável. Esta nova realidade está não só a mudar a estrutura da economia global, como representa um novo quadro político e social, que é um claro repto para outros.

A China, a Índia e o Brasil (e a Rússia e a África do Sul, é claro) quebraram os padrões e os modelos de desenvolvimento e criaram uma nova dinâmica, um novo movimento, com as suas economias. No campo do IDE, as multinacionais dos países emergentes também nos colocam perante questões novas. Novas características, volume, natureza, motivos e padrões de internacionalização. Mas a característica mais inovadora é a cooperação do seu eixo Sul-Sul, com forte apelo a dinâmicas regionais, desfazendo a força do eixo Norte-Sul. Isto é um sinal importante em termos políticos, e vale a pena pensarmos. Em 1990, as empresas emergentes contribuía no Sul com 7% dos investimentos. Este número situava-se em 13% em 2005. É significativo.

Estas economias expandem em dois sentidos: regionalmente, mas globalmente. Para além da retirada das multinacionais do Norte, nos anos 90, o acesso de alguns países ao petróleo e ao gás, com a conseqüente política de integração energética, casos da África do Sul e do Golfo, estão na base deste novo movimento e cooperação Sul-Sul. Antes de expandirem para o resto do mundo, estas multinacionais dos países emergentes consolidam a sua força regional e em países em desenvolvimento ou mesmo subdesenvolvidos. Tendem a investir geograficamente perto dos seus países de origem, mas também culturalmente onde melhor percebem o mercado. A onda das privatizações, que sucedeu no período em causa, também é uma das razões desta expansão. Indústria extractiva e telecomunicações, isto é, indústria e serviços são os domínios onde se concentram grande parte dos seus investimentos.

A mão-de-obra chinesa e indiana educada, obediente e abundante fazem já da China e, no futuro, da Índia, grandes plataformas industriais inundando o mundo de produtos industriais baratos e, ao contrário do que se supõe, com qualidade. As indústrias sul-africanas, sobretudo as têxteis e de confecções, são já vítimas deste processo global.

A enorme população chinesa e indiana põe em causa o modelo tradicional seguido por outros países exportadores como a Coréia do Sul, Taiwan, Singapura, Malásia e outros que começaram por exportar produtos manufacturados simples, de mão-de-obra intensiva, para, em seguida, se dedicarem a gamas mais sofisticadas de produtos manufacturados, abrindo espaço para outros países também asiáticos – e também populosos – Vietname, Paquistão, Indonésia e Bangladesh.

Difícilmente Moçambique poderá competir com estes países na arena internacional, pelo que importa expandir a sua actividade onde tem vantagens competitivas explícitas, como é o caso do sector energético, de transportes e turismo, sem esquecer a agricultura que continua sendo de vital importância para Moçambique, que nas suas relações com o mundo e em particular os seus parceiros internacionais devem considerar como uma área de cooperação por excelência e não como um sector marginal como tem acontecido até agora!